

**36**

out / nov / dez 2012

---

Revista Brasileira de  
**ARBITRAGEM**

**CBAr**

Comitê Brasileiro de Arbitragem

**SINTESE**

## O II "Encontros Internacionais de Arbitragem de Coimbra"

### **ANTÓNIO PINTO LEITE**

Sócio Responsável da Área de Litigância e Arbitragem de MLGTS, Membro do Comitê Nacional de Arbitragem da CCI.

### **JOSÉ MIGUEL JÚDICE**

Sócio Fundador e Coordenador da Área de Arbitragem de PLMJ, Árbitro Internacional, Membro da Corte Internacional de Arbitragem da CCI.

Os Encontros Internacionais de Arbitragem de Coimbra ("Encontros de Coimbra") têm como objectivo serem um evento de referência para a comunidade arbitral internacional, nomeadamente para a comunidade ibero-americana e para a africana de língua portuguesa.

Poder-se-á dizer que existe saturação do mercado de eventos na área da arbitragem, em que a comunidade arbitral já dificilmente consegue participar em tantas iniciativas que por todo o mundo acontecem. Mas uma saturação, em geral, não significa que não existam áreas ou nichos de mercado não explorados. Os Encontros de Coimbra inscrevem-se em um nicho inexistente, o das comunidade ibero-americana e de língua portuguesa e ainda mais dos eventos para esses mercados realizados na Europa. Por isso, tem sido possível atrair, quer como oradores, quer como participantes ativos, os mais destacados especialistas em arbitragem a nível internacional em especial da América do Sul, África e Península Ibérica.

Para o desenvolvimento da arbitragem, são críticos espaços e momentos de retiro, para partilha de saber e troca de experiências, momentos de confronto e de inovação. É também determinante que nesses retiros se crie a oportunidade para um conhecimento mais profundo e humanizado entre árbitros de países diferentes, porque o CV não diz tudo sobre a pessoa que amanhã poderemos considerar para desempenhar uma missão tão sensível como é arbitrar litígios internacionais.

Coimbra e a sua Universidade, a Quinta das Lágrimas e a sua lenda, têm um carisma especial, que contribui para o recolhimento científico e para a aproximação humana.

O II Encontro Internacional de Arbitragem de Coimbra, realizado entre 18 e 20 de Outubro, consolidou impressivamente o nosso objectivo de colocar Coimbra no roteiro da arbitragem internacional. É hoje o maior evento sobre arbitragem realizado em Portugal e o *feedback* que recebemos é extremamente encorajador e responsabilizante.

Os temas de reflexão foram diversos e muito valorizados pela forma cuidada como os intervenientes se prepararam para a sua discussão (a que poderá não ser alheio o fato inspirador de a conferência decorrer na própria Universidade).

O primeiro tema era de atualidade urgente para a comunidade jurídica portuguesa. Em março de 2012, entrou em vigor na ordem jurídica portuguesa a nova Lei da Arbitragem Voluntária, a qual constituiu um enorme passo no alinhamento de Portugal com as melhores práticas internacionais. Todavia, o sucesso de uma lei depende do modo como a mesma é aplicada. Daí, desafiarmos o tema: “O que pode correr mal na aplicação da nova LAV?”.

Deixando que o desafio fosse enfrentado com uma permanente tensão entre a abordagem teórica e a vivência prática, enquadrou-se a questão a partir de outras experiências nacionais, nomeadamente o Peru, cuja modernidade foi bem salientada por Carlos Soto, o Brasil, tendo Eduardo Damião Gonçalves cuidado das lições que Portugal pode retirar da experiência brasileira, e a Espanha, cuja realidade e dinâmica foram aprofundadas por Jesus Remon. Em um debate moderado por Mathieu de Boisseson, Christian Albanesi, conselheiro da Corte Internacional da CCI, evidenciou o que revelam as experiências CCI nos países com lei arbitral de inspiração Uncitral, tendo cabido a Paula Costa e Silva lidar diretamente com a questão de saber o que pode correr mal na aplicação da nova legislação em Portugal.

Ligado a este tema, outro painel, presidido pelo 1º Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, Conselheiro António Gaspar, centrou a sua reflexão no novo paradigma da relação entre a arbitragem e o Poder Judiciário. Polemizado por Carlos Alberto Carmona, procurou-se investigar algumas matérias de grande sensibilidade. Arnoldo Wald aprofundou a questão da homologação da arbitragem anulada pela Justiça da sua sede, Pedro Gonçalves versou o tema dos actos administrativos e a arbitragem e Clávio Valença Filho colocou a complexa relação entre arbitragem e insolvência. Manuel Cavaleiro Brandão analisou o novo paradigma em uma perspectiva de grande atualidade em Portugal: a relação entre a arbitragem e a nova reforma do processo civil, reforma esta que, precisamente, irá tomar a arbitragem como referência para a gestão processual pelos juízes.

Neste âmbito, diga-se, tem sido nossa preocupação agregar aos Encontros de Coimbra o maior número de juízes portugueses, quer para contribuir para a relação fluente entre arbitragem e judiciário, quer para que os dois mundos aprendam e beneficiem um do outro, quer para que o modelo

de *case management* arbitral possa contribuir para o desbloqueamento da morosidade da Justiça estatal portuguesa.

Considerando a importância que atribuímos ao contributo dos Magistrados judiciais nesta reflexão e à necessidade de aprofundar o diálogo entre o Poder Judicial e a Arbitragem, dirigimos convite a que todos os juízes pudessem participar, sem quaisquer custos.

Um outro tema, que marca a agenda da economia mundial e da arbitragem lusófona, é, sem dúvida, o crescimento exponencial do setor da energia no Brasil, em Angola e em Moçambique. Qual o regime e o papel da arbitragem nestes três países, no setor da energia? Em um debate moderado por João Calvão da Silva, foram de enorme valor os contributos de Adriana Braghetta, *nossa* Presidente do CBar e membro da direção da ICCA, de Helena Prata (a arbitragem no setor do petróleo, em Angola) e de Tomás Timbane (a arbitragem no setor do gás, em Moçambique), todos eles judiciosamente confrontados por João Bosco Lee.

Por outro lado, em uma fase histórica de grande incerteza económica na Europa e em que os Estados se confrontam com a eventualidade de vir a tomar medidas que poderão ferir interesses legítimos de investidores privados, as arbitragens de investimento mereceram grande atenção. Procurámos ser criativos e propusemos a constituição de um Tribunal Arbitral – presidido por Sérvulo Correia e também integrado por Luís Olavo Batista e Maurício Gomm Santos – que resolvesse uma questão concreta, simulada para o efeito. Jorge Mattamuross defendeu a posição de um investidor privado e Anna Joubin-Bret veio de França devido à impossibilidade de última hora de Ignacio Torterola, que durante anos coordenou a assessoria da Argentina na generalidade das arbitragens ICSID em que este Estado intervém, defendeu a posição do Estado. No final de intenso e instrutivo debate, o Tribunal proferiu a sua sentença.

No primeiro dia, no Encontro sub-40, foram aprofundados dois temas: primeiro, em painel presidido por Ana Serra e Moura, conselheira adjunta da CCI, Claire Debourg e Nuno Lousa analisaram a questão da aplicação de normas imperativas; segundo, em painel presidido por Octávio Fragata Martins, Victor Bonnin e Andrew Poole discutiram a questão da prova em arbitragem internacional. Pedro Batista Martins encerrou estes debates, respondendo e enquadrando as questões de maior complexidade que haviam sido suscitadas.

O terceiro e último dia dos Encontros de Coimbra é destinado à discussão de *hot topics* da arbitragem internacional. Trata-se de uma sessão concebida e coordenada por José Emílio Nunes Pinto e Pedro Batista

Martins. Neste II Encontro, Carlos Alberto Carmona substituiu José Emílio Nunes Pinto, impedido por motivo de agenda.

Um dos temas mais melindrosos para os árbitros – qual a extensão do dever de participação às autoridades de investigação criminal, por parte do árbitro, de fatos de natureza criminal de que tome conhecimento durante a arbitragem – foi percorrido à luz dos diversos enquadramentos legais com os quais os árbitros se poderão ver confrontados. Outro tema de recorrente atualidade mereceu atenção: o dever de revelação, recusa e impugnação de árbitro. Duas vertentes mereceram particular aprofundamento: a questão das nomeações repetidas de árbitros por sociedades de advogados e o enquadramento desta realidade no âmbito de comunidades arbitrais mais restritas, por comparação, nomeadamente, com uma comunidade arbitral tão extensa como a comunidade arbitral norte-americana. Finalmente, discutiu-se o que espera um árbitro de um advogado e o que espera um advogado de um árbitro. A discussão não podia ter sido nem mais acesa, nem mais rica, nem mais surpreendente e enriquecedora para os juízes presentes.

Por fim, iniciámos algo que julgamos ir contribuir de modo muito profundo para o reforço dos laços entre as comunidades arbitrais de língua portuguesa e castelhana: homenagear, em cada ano, dois juristas de mérito indiscutível, com largo contributo para o desenvolvimento da arbitragem. Em 2012, homenageámos Arnaldo Wald e Miguel Galvão Teles, duas homenagens emocionadas que uniram todos os participantes e deram a conhecer melhor personalidades de excepção dos dois lados do Atlântico.

O próximo Encontro de Coimbra, que organizaremos entre 24 e 26 de outubro de 2013, manterá os mesmos desígnios. Em primeiro lugar, reunir um conjunto de especialistas que reforcem a posição da conferência no roteiro internacional da arbitragem. Em segundo lugar, assegurar um elevado número de participantes e de oradores estrangeiros de referência (em 2012, intervieram vinte oradores estrangeiros). Finalmente, envolver os principais centros de arbitragem do Brasil, de Espanha, de Portugal e de outros países da América Latina, sinalizando bem o interesse do evento e o potencial económico da arbitragem em línguas portuguesa e espanhola.

Para nós, é decisivo desenvolver esta iniciativa a partir das suas raízes: os Encontros de Coimbra nasceram no Brasil, inspirados que foram nas conferências internacionais do Rio de Janeiro, organizadas pelos nossos amigos José Emílio Nunes Pinto e Pedro Batista Martins. Esta raiz é essencial para continuar a conseguir que Coimbra seja o lugar do mundo onde, fora do Brasil, reúne-se, ao mesmo tempo, o maior número de grandes árbitros brasileiros. Coimbra é, hoje, uma das capitais brasileiras da arbitragem e, sem dúvida, a maior capital fora do Brasil.